

Economia - Brasil

Prefeitos virão a Brasília para tentar mudar pacote

Porto Alegre - Uma grande mobilização de mais de 500 prefeitos, contra medidas do ajuste fiscal, será realizada em Brasília na quarta-feira da próxima semana, com pressões junto às bancadas federais no Congresso Nacional. "As medidas são um crime contra as prefeituras e provocarão o caos nos atendimentos sociais (saúde, educação). O pacto federativo corre risco e a maioria das 5.506 prefeituras, por absoluta incapacidade, poderão ser obrigadas a devolver esses serviços sociais para a União e estados".

As afirmações foram feitas ontem pelo presidente da Confederação Brasileira dos Municípios, Paulo Ziulkowski, que coordenará reuniões no Senado, dias 4 e 5. Ele criticou "a visão caolha de ministros que, nos seus gabinetes refrigerados em Brasília, ficam dando entrevistas falando em números, como se não existisse a população. Serão exatamente os mais pobres que serão atingidos", advertiu.

Exemplificou que no reajuste da Cofins, de 2% para 3%, se permite às empresas descontarem o valor no Imposto de Renda. "O IR representa dois terços do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), formação também pelo IPI, e que é o principal recurso para 4.500 dos 5.506 municípios brasileiros. Como prova da recessão que já existe, houve redução de 10% na arrecadação do IPI, mês passado. Se houver possibilidade de compensação no IR da Cofins, vai se reduzir significativamente o FPM, inviabilizando a maioria das prefeituras e o atendimento da população pobre".

Ziulkowski também conde-

nou o Governo por esconder que a maior parte, ou quase totalidade, do ajuste fiscal "visa o acerto de dívidas e pagamento de juros. A União é voraz para tributar e ficar com os tributos para ela, mas o Governo e seus ministros escondem que o Governo federal não faz mais nada: privatizou estradas com pedágios, transferiu assistência médica, saneamento e educação para estados e municípios. E agora quer abocanhar ainda mais recursos dos municípios e estados, que fazem todos os serviços que a União não presta mais".

Atendimento

O presidente da Confederação Brasileira de Municípios lembrou aos ministros da área econômica que "o objetivo do tributo é prestar atendimento à população". "Os municípios ficaram com os encargos da assistência social e de melhorar esses serviços, mas seus poucos recursos são tirados pela União. A grande discussão que está por trás disso tudo é a centralização tributária que a União progressivamente vem montando, de um lado, e de outro, a federação brasileira e o direito de estados e municípios sobreviverem".

Outro reflexo negativo do ajuste fiscal serão os cortes nos investimentos, "agravando ainda mais questões como merenda escolar, saúde, etc. No pacote do ano passado disseram que as áreas sociais seriam preservadas, mas cortaram mais de R\$ 400 milhões da merenda escolar. No caso da CPME, usam a saúde como desculpa para pagar dívidas e é essa, aliás, a grande briga do ministro José Serra lá dentro do Governo".